

## Conserto da máquina

À direita ou à esquerda, não há debate eleitoral relevante que não envolva ou ao menos tangencie a reforma do Estado —ou, vale dizer, a rediscussão das prioridades do poder público e de como devem ser financiadas suas tarefas.

Dos que apontam o gigantismo da máquina governamental brasileira aos que se afigem com sua ineficácia no combate à pobreza e à desigualdade social, são generalizadas as propostas de mudança no arranjo de receitas e despesas.

A Folha pretende aproveitar o período eleitoral e expor neste espaço sua visão sobre os temas mais cruciais para os próximos governantes e legisladores. No contexto nacional, o papel do Estado figura no topo dessa lista.

Trata-se, afinal, de uma estrutura que consome em impostos um terço do Produto Interno Bruto, ou seja, da renda do país, fatia exagerada para os padrões emergentes. Nem todos os recursos, porém, bastam para seus dispêndios, o que resulta em endividamento crescente a sufocar toda a economia.

Na formação desse Leviatã disfuncional está um acúmulo de eras geológicas, diz uma crítica comum. Isto é, são órgãos, funções, políticas e despesas de muitas décadas sedimentadas umas sob as outras, sem que o entulho de decrepitudes, ineficiências e interesses particulares seja removido.

Daí que se lance a bandeira de uma reforma radical,

uma refundação. Mudanças de tal amplitude, porém, costumam ocorrer apenas sob ditaduras, ou ao final destas.

Mesmo a Constituição de 1988 teve resultados ambíguos, preservando muito de vícios antigos e introduzindo novos. Note-se que até alterações percebidas como urgentes nos sistemas tributário e previdenciário têm sido adiadas nos últimos 30 anos.

Em resumo, pode-se dizer que a máquina estatal arrecada de forma injusta e daninha, enquanto gasta de modo perdulário e ineficiente.

Nem se fala aqui, por ora, da corrupção que motiva escândalos em escala inédita nos últimos anos. Se o combate aos desvios é imperativo, cumpre desmontar o mito de que seja o bastante para reequilibrar as finanças e promover políticas bem-sucedidas.

Não sendo realista esperar um redesenho completo do setor público, por onde começar a ajustá-lo?

A derrocada orçamentária dos últimos anos tornou a resposta mais simples: não haverá governo viável sem que sejam enfrentadas as pressões por expansão de despesas, em particular com aposentadorias e pensões por morte.

Os pagamentos correspondem hoje a 13% do PIB nos três níveis de governo, segundo dados oficiais; se nada for feito, o percentual crescerá com o envelhecimento populacional e tomará o espaço de





saúde, educação, segurança e outros setores prioritários.

O esforço de contenção de dispêndios passa também pela austeridade nas contratações e salários do funcionalismo, cujos privilégios já oneram em demasia os caixas de União, estados e municípios.

Tanto quanto possível, o ajuste das finanças públicas deve se dar pelo controle da despesa, não pela alta da receita, uma vez que a carga tributária já se mostra excessiva.

Entretanto é necessária uma revisão da miríade de benefícios tributários concedidos aos mais variáveis setores, em geral sem avaliação de objetivos e resultados nem prazo para cessação.

Essa tarefa precisa se pautar pela busca de simplicidade e equidade; o mesmo deve ser atingido em uma reforma mais ampla do sistema de impostos, taxas e contribuições.

A tributação brasileira é confusa, injusta, ineficaz e repleta de favores setoriais e regionais. Com grande peso sobre o consumo, prejudica sobremaneira os mais pobres. Regalias e proteções diferenciadas distorcem custos de produção e, pois, a decisão de aplicar de modo eficiente o capital escasso.

Há que trabalhar pela redução do número e do peso dos tributos indiretos, embutidos nos preços das mercadorias e serviços. A taxação deve seguir regras uniformes. Subsídios, se de fato necessários, precisam constar do Orçamento, com começo, meio, fim e avaliação.

Não se desconhece que a agenda aqui delineada, embora não dê conta de todas as deficiências estatais, demanda um esforço político quase revolucionário, dado

o conservadorismo do ambiente brasileiro. Seu sucesso será menos plausível caso não se tome o cuidado de sequenciar as medidas.

As chances de levá-las adiante, contra resistências de partidos, corporações e lobbies empresariais, residem na mais indiscutível necessidade. Esgotou-se o tempo em que o crescimento do PIB e da arrecadação mascarava os vícios e as distorções da máquina.

É fato que as condições para as mudanças serão mais favoráveis com uma retomada econômica. Esta, por sua vez, dependerá da confiança de empresários e consumidores no conserto do Estado. Trata-se de equação complexa que consumirá boa parte do capital político do próximo governo.

### **Diretrizes para um Estado mais justo e eficiente**

- Conter a escalada das despesas com aposentadorias e pensões
- Eliminar privilégios do funcionalismo, com redução do alcance da estabilidade
- Rever benefícios tributários concedidos ao setor privado
- Promover taxação mais progressiva sobre a renda e o patrimônio
- Simplificar os tributos incidentes sobre bens e serviços
- Instituir políticas públicas baseadas em metas de resultados, não de gastos
- Retomar a venda de estatais, associada a investimentos e competição

## Quartéis e palácios

*BRUNO BOGHOSSIAN*

Desde a eleição indireta de 1985, a cúpula do poder militar nunca esteve tão atenta a uma corrida presidencial quanto na disputa deste ano. Depois de perder prestígio nas três décadas posteriores ao fim da ditadura, as Forças Armadas enxergam uma oportunidade de recuperar influência institucional e política.

Integrantes da ativa e da reserva monitoram o que classificam como um ambiente de instabilidade em torno da eleição. A deterioração dos partidos e de líderes políticos na crise aberta pela Lava Jato faz com que parte deles projete a continuidade dessa tensão mesmo com a formação do novo governo em 2019.

É especialmente indisfarçável a contrariedade de figurões da caserna com a esquerda e com o ex-presidente Lula. A quase soltura do petista há três domingos e o protesto do grupo que jogou tinta vermelha no Supremo são tratados (exageradamente) como articulações perigosas.

O primeiro passo desta nova etapa da marcha política dos militares foi dado em abril. Não foi acidente

a mensagem pública em que o comandante do Exército, general Villas Boas, manifestou “repúdio à impunidade” na véspera do julgamento do habeas corpus de Lula no STF.

Desde então, Villas Boas recebeu dez pré-candidatos à Presidência. Só não esteve com Guilherme Boulos (PSOL), que declarou que não aceitaria o convite. A prática é incomum: em 2014, o comandante Enzo Peri não incluiu na agenda nem um cafezinho com postulantes ao Planalto.

Na ponte que liga os quartéis aos palácios, observa-se um alinhamento nítido entre a tropa e Jair Bolsonaro (PSL), que vai além do discurso de repulsa à corrupção. Os militares, que subiram degraus no governo Michel Temer, ganhariam mais peso ao lado de um ex-colega de farda.

Não há zumbido de golpe no topo da hierarquia. As prioridades são um orçamento polpudo para reequipar as Forças, uma blindagem à Previdência das tropas e espaços no poder. Depois que Temer instalou dois militares em seu ministério, não se cogita bater em retirada.

## Novo patamar de transparência

O governo Temer colocou à disposição de todos os pré-candidatos à Presidência os números das contas públicas e as projeções da dívida para os próximos anos.

O governo de Michel Temer colocou à disposição de todos os pré-candidatos à Presidência da República os números das contas públicas e as projeções da dívida para os próximos anos. Assessores econômicos dos mais variados partidos têm tido conversas no Ministério da Fazenda e no Ministério do Planejamento, nas quais são transmitidas informações claras sobre o estado das finanças públicas. Informa-se, por exemplo, que a dívida pública, no mês em que o novo presidente tomará posse, em janeiro de 2019, deverá atingir o equivalente a 85% do Produto Interno Bruto (PIB). Assim, o governo federal assegura que não haverá surpresas para o próximo inquilino do Palácio do Planalto.

Essa atuação do atual governo é um importante avanço em relação ao que ocorreu nas eleições presidenciais passadas. Ao longo de toda a campanha de 2014, quando a presidente Dilma Rousseff tentava a reeleição, viu-se um enorme esforço do governo federal para não admitir a existência da crise econômica. Apesar da abundância de sinais de que a economia estava mal e de que a política econômica voluntarista da presidente não estava funcionando – na verdade, tal política era uma das principais causas da crise –, o governo de Dilma Rousseff tentava transmitir a ideia de que tudo estava em ordem nas contas públicas, no crescimento econômico, no emprego e na inflação.

Contra todas as evidências, a presidente Dilma Rousseff falava em 2014 da “solidez da condução da política econômica”. Havia um nítido descalabro fiscal, mas, em vez de reconhecer o problema, o governo petista optou por escondê-lo, até recorrendo às famosas pedaladas fiscais. O programa de governo apresentado pela então candidata à reeleição dizia que a política macroeconômica petista baseava-se “na construção de condições para redução sustentável das taxas de juros, na flexibilidade da taxa de câmbio em patamares compatíveis com as condições estruturais do País, na inflação baixa e estável, no rigor da gestão fiscal, na ampliação do investimento público, no incentivo ao

investimento privado e no fortalecimento das parcerias entre Estado e iniciativa privada”.

Quando o governo não está disposto a informar com isenção e quando quer maquiar a real situação do país, abre-se uma abissal diferença em detrimento do interesse público. Em primeiro lugar, a transparência é manifestação de respeito ao cidadão. Além de ter direito a informações não distorcidas sobre o estado do governo e do país, o eleitor precisa estar bem informado para votar de forma livre e consciente. Nas eleições passadas, muita gente votou em Dilma Rousseff pensando que o País estava em determinada situação e foi surpreendida depois pelo desbordar da crise econômica em tantas áreas.

A transparência na comunicação do governo também é fundamental para que nenhum candidato possa alegar, depois de eleito, que não sabia o exato estado das contas públicas. Desde já, todas as equipes econômicas dos pré-candidatos têm amplo acesso à situação fiscal do governo federal. Essa abertura em relação aos dados do País permite que todos os partidos, desde que queiram, elaborem propostas realistas.

Diante da clareza com que os dados sobre a situação fiscal estão sendo abertamente tratados, não faz nenhum sentido que, na campanha eleitoral, se tente apresentar ao cidadão um panorama enganoso do País. Em 2014, o debate eleitoral trazia diferentes versões das contas públicas e o eleitor tinha de escolher não apenas em quem ia votar. De certa forma, ele também precisava definir qual a versão de diagnóstico das finanças públicas que aceitava, já que o próprio governo difundia desinformação.

Tem-se agora a oportunidade de um novo patamar para o debate público, pois a situação fiscal é absolutamente cristalina. Todos os pré-candidatos têm à sua disposição um cenário bastante preciso do que o País enfrentará nos próximos anos. Se, por exemplo, alguém diz na campanha que a reforma da Previdência não é tão urgente ou necessária, já se sabe que o sujeito opta deliberadamente por ignorar a realidade. Com urgência, o País precisa de propostas para seus problemas, não de fantasias trapaceiras.

## CONJUNTURA »

# Passivo de quase R\$ 1 tri

*A soma dos riscos fiscais previstos na LDO de 2019 totaliza R\$ 981,8 bilhões. Além de passivos judiciais contra União, Banco Central e estatais, essa conta inclui a expectativa de calote de estados endividados que estão em regime de recuperação fiscal*

ROSANA HESSEL

As contas públicas estão desequilibradas mesmo sem a chamada pauta bomba que tramita no Congresso. E se forem consideradas as explosivas ações que correm no Judiciário, o quadro é muito mais grave. Se a União e os órgãos públicos perderem processos que correm contra eles na Justiça, o impacto financeiro pode chegar a R\$ 1 trilhão, considerando estimativas da equipe econômica.

Levantamento feito pelo Correio sobre os principais riscos fiscais detalhados em um dos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2019 mostra que apenas 26 processos contra a União no Supremo Tribunal Federal (STF) e no Superior Tribunal de Justiça (STJ) podem gerar um rombo de R\$ 881,7 bilhões. Além disso, se juntarmos os impactos estimados nos processos abertos contra o Banco Central (R\$ 41 bilhões) e estatais (R\$ 2,35 bilhões) a expectativa de calote de estados endividados que estão no Regime de Recuperação Fiscal (R\$

56,9 bilhões) são mais R\$ 100,25 bilhões que sairão dos cofres públicos. Portanto, o passivo pode chegar a R\$ 981,85 bilhões, 13% do Produto Interno Bruto (PIB) estimado em R\$ 7,549 trilhões para o ano que vem.

Esse gasto é quase 10 vezes maior do que os cerca de R\$ 100 bilhões previstos com as pautas-bombas do Legislativo e equivale a pouco mais de três vezes a despesa com pessoal prevista para o ano que vem, de R\$ 321,8 bilhões. Os dados, entretanto, não estão atualizados até este ano e ainda há outros passivos que não são mensuráveis, segundo o documento da LDO. Portanto, o impacto financeiro no caso de uma derrota maciça da União nos tribunais pode ser muito mais expressivo.

Em nota, o Ministério do Planejamento declara que as informações do relatório da LDO “não implicam qualquer reconhecimento pela União quanto à efetiva sucumbência ou mesmo acerca das teses em debate, mas apenas eventual risco que tais demandas possam oferecer ao orçamento federal, caso a União não saia vencedora”. “Além disso, os relatórios bimestrais contêm provisão dos riscos fiscais previstos para o exercício, como, por exemplo, bloqueios para criação de reservas”, adiciona a pasta.

Especialistas, no entanto, demonstraram bastante preocupação com o tamanho do passivo apresentado na LDO, pois o espaço para bloqueios no Orçamento está cada vez mais restrito. “Estamos em uma situação extremamente difícil na área fiscal. A cada momento se descobre que o rombo é maior do que se imaginava no dia anterior”, avalia o especialista em contas públicas Gil Castello Branco, secretário-geral da ONG Contas Abertas.

“O Legislativo não tem sido solidário para o equilíbrio das contas públicas e o Judiciário é uma incógnita. A princípio, o julgamento não deve estar baseado no equilíbrio das contas públicas, mas o problema é que essas decisões serão suficientes para causar um estrago enorme na situação fiscal”, afirma Castello Branco. Ainda mais, segundo ele, quando o governo trabalha com uma meta fiscal de déficits primários de R\$ 159 bilhões, neste ano, e de R\$ 139 bilhões, no ano que vem.

Para o economista Simão David Silber, professor da Universidade de São Paulo (USP), a quantidade de processos contra a União pode causar caos no mercado. “Se essas bombas explodirem, o governo não terá condições de emitir dívida, porque o mercado não vai comprar, e a emissão de moeda elevará a inflação como no passado”, alerta. “A economia interna não está se





recuperando como o esperado. O cenário externo piorou e, portanto, o momento não permite grandes aventuras para aumento de gastos do governo. O espaço de manobra para o próximo presidente é muito pequeno”, destaca.

#### Sem margem

Pela LDO, o governo terá pouca margem para acomodar gastos extraordinários com sentenças. As despesas discricionárias (não obrigatórias) e que são sujeitas a cortes somam R\$ 98,4 bilhões no ano, valor 23,6% menor do que os R\$ 128,9 bilhões previstos para 2018. “O orçamento é engessado, pois mais de 95% das despesas são obrigatórias”, explica o economista Pedro Schneider, do Itaú Unibanco.

O especialista minimiza o impacto dos passivos que sempre precisam constar na LDO. Segundo ele, como o Judiciário é lento, isso conta a favor, porque esses processos já estão se arrastando há vários anos e não serão julgados todos de uma única vez. No entanto, ele reconhece

que alguns podem se tornar um problema, como é o caso da inclusão do ICMS na base de cálculo da contribuição de PIS-Cofins. Conforme estimativa da Receita Federal com valores atualizados até 2014, em caso de derrota da União, a fatura pode chegar a R\$ 250,3 bilhões, além de perdas na arrecadação acima de R\$ 27 bilhões. “O STF já deu uma decisão desfavorável ao governo no ano passado, mas a União recorreu. Como o processo é lento e gradual, o impacto pode ser diluído nas contas públicas”, pondera.

Se essas bombas explodirem, o governo não terá condições de emitir dívida, porque o mercado não vai comprar, e a emissão de moeda elevará a inflação como no passado”

Simão David Silber, economista e professor da Universidade de São Paulo





## Riscos fiscais

Despesas judiciais em 2019 têm potencial para desestabilizar as contas públicas bem mais do que o reajuste de servidores

### Processos no STF

Foram listadas na LDO do ano que vem 19 ações contra a União no Supremo que, juntas, somam cerca de R\$ 775,8 bilhões. Confira as principais:

- **PIS e Cofins/Base de cálculo, inclusão do ICMS**

Questiona-se a inclusão da parcela relativa ao ICMS na base de cálculo da contribuição para o PIS e a Cofins (sistematica da tributação por dentro).

*Estimativa total de impacto em caso de derrota da União: de R\$ 250,3 bilhões com valores atualizados até 2014 e uma perda de arrecadação projetada para 2015 de R\$ 27,12 bilhões.*

- **PIS/Cofins das instituições financeiras**

Discussão a respeito da possibilidade de incidência de PIS/Cofins sobre as receitas de instituições financeiras que decorrem de seu objeto social.

*Estimativa de impacto: cálculo para cinco anos: R\$ 135,69 bilhões (2012 a 2016).*

- **IPI na revenda de produto importado**

Discussão a respeito da possibilidade de incidência de IPI sobre a revenda do produto importado no mercado interno pelo estabelecimento importador.

*Estimativa de impacto: Cálculo para cinco anos: R\$ 67 bilhões.*

- **PIS/Cofins/Regime não cumulativo. Prestadoras de serviços e demais empresas**

Questiona-se a constitucionalidade das medidas provisórias nº 66/02 e nº 135/2003, as quais inauguraram a sistematica da não cumulatividade das contribuições.

*Estimativa de impacto: Para as prestadoras de serviço, para cinco anos, de R\$ 56 bilhões. Para as demais empresas, para cinco anos, de R\$ 90,2 bilhões.*

### Processos no STJ

Sete ações contra a União podem ser julgadas em 2019, como impacto estimado de R\$ 105,9 bilhões

#### Estatais

Vários processos contra empresas estatais correm em diversas instâncias da Justiça, com impacto estimado de R\$ 2,35 bilhões, sendo R\$ 1,08 bilhão de reclamações trabalhistas.

#### Banco Central

Em 31 de dezembro de 2017, havia 895 ações contra o BC, totalizando um valor estimado de R\$ 41 bilhões.

### Riscos para o Tesouro Nacional

Calotes dos estados por não cumprimento dos requisitos do Regime de Recuperação Fiscal. Em dezembro de 2017, o valor contabilizado apenas para o ajuste de perda de crédito de liquidação duvidosa somava R\$ 56,8 bilhões.

#### Frustações

Considerando um cenário em que o PIB cresceria 1,7% em 2019, e não os 3% estimados na LDO, a frustração da receita seria de R\$ 27 bilhões e meta fiscal não seria cumprida, e o resultado primário seria um déficit de R\$ 160 bilhões.

## CONJUNTURA »

# Aumento de gastos exigirá reformas

*Especialistas alertam que dívida pública está no limite e que afugenta investidores. Aprovação de mais despesas pelo Congresso obrigará medidas duras de ajuste fiscal*

ROSANA HESSEL

As estimativas de receita previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2019 estão otimistas com previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 3%, mas o mercado prevê algo entre 2% e 2,5%. A equipe econômica, inclusive, trabalha com 2,5%, mas sinaliza que pretende mudar os parâmetros apenas em novembro, quando enviará a proposta para alterar a LDO.

“Os riscos em 2019 são crescentes, não apenas para a meta fiscal, como também para o teto e a regra de ouro. O que estamos vendo é um Congresso pouco comprometido com a questão da austeridade fiscal. Isso é uma coisa que preocupa muito, porque o próximo presidente, necessariamente, será obrigado a fazer reformas e, se tiver bom senso, tomará medidas muito duras do ponto de vista fiscal”, alerta o professor de administração pública da Universidade de Brasília José Matias-Pereira.

“Quanto mais o Congresso abrir as portas para o aumento de gasto público, maior vai ser o impacto de medidas de ajuste fiscal que o próximo presidente será obrigado a adotar”, complementa. Matias-Pereira destaca que a dívida pública que financia o déficit das contas do governo atingiu o limite. Atualmente, está em 77% do PIB, pelos cálculos do Banco Central. “A dívida pública bruta é um referencial para os investidores internacionais. Quando ela passa de 70% a 75% do PIB, o país entra em uma trajetória preocupante, porque começa a afugentar os investidores e o risco de sustentabilidade da dívida aumenta”, alerta.

Pedro Schneider, economista do Itaú Unibanco, estima que, por enquanto, a regra do teto não está totalmente comprometida, porque o governo precisará de um esforço fiscal de R\$ 7 bilhões para cumprir a emenda constitucional no próximo ano. O Itaú revisou de 2,5% para 2% a previsão de crescimento do PIB de 2019 e, se essa previsão se concretizar, também será possível o cumprimento da meta fiscal, destaca o especialista em contas públicas. Para ele, um contingenciamento de gastos resolveria esse problema. Ele admite, entretanto, que, se houver um volume muito grande de despesas não estimadas, como reajustes muito generosos, essa emenda pode ficar comprometida.

O ministro do Planejamento, Esteves Colnago, tem dito que o impacto dos reajustes do funcionalismo seria de R\$ 11 bilhões, sendo que a maior parte, R\$ 6,9 bilhões, dos servidores civis. “O governo tem sinalizado que pretende adiar esses aumentos. Se conseguir, cumprirá o teto com mais tranquilidade”, destaca Schneider. Para ele, a aprovação da reoneração da folha e a inflação mais alta em junho, corrigiu o teto em 4,39% e isso vai ajudar. “O problema fiscal ainda será uma herança, mas quem assumir vai ter que ter uma estratégia para evitar que as bombas explodam”, avalia. Schneider lembra ainda que, assim como há passivos não previstos ao longo de 2019, o governo não incluiu ainda na conta uma receita extraordinária com a revisão da cessão onerosa pode render até R\$ 100 bilhões, algo que poderia ajudar a reduzir o impacto de despesas inesperadas previstas no passivo contingente da LDO.

O fato de a LDO ter sido aprovada sem o dispositivo que proibia o reajuste dos servidores em 2019, para especialistas, foi um péssimo sinal para o mercado sobre a capacidade do controle de gastos. No entanto, técnicos do governo destacam que há outros mecanismos na lei que impedem a concessão de novos aumentos de salários sem contrapartida de corte de despesa. A avaliação dos analistas, contudo,





mostra que o risco cresce se um presidente fraco assumir, pois existe grande chance de não aguentar a pressão dos servidores.

#### Corte indispensável

Dados do secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, mostram que teto de gastos será corrigido em R\$ 59 bilhões, mas os gastos obrigatórios do próximo ano crescerão bem acima desse valor, em torno de R\$ 80 bilhões. “Será necessário um corte maior nas despesas para adequá-las ao teto de gastos e, portanto, isso vai exigir um ajuste fiscal mais efetivo. Existem dois tipos de ajuste: ou aumentando a receita (via imposto) ou fazendo corte. E avançar no ajuste pelo corte significa cada vez mais mudar a dinâmica do crescimento da despesa obrigatória”, alerta.

# A importância das reformas tributárias para manter a saúde das contas públicas

» JOSÉ LUIZ PAGNUSSAT - Economista e professor do curso de gestão pública do Centro Universitário do Distrito Federal (UDF)

As propostas de reformas apresentadas nos últimos anos pelo governo na área fiscal, tanto no campo da arrecadação quanto no gasto público, têm como principal objetivo a manutenção do equilíbrio fiscal ao longo do tempo e a continuidade do atendimento das demandas da sociedade por políticas públicas de qualidade. A necessidade de reformas surge em razão das mudanças estruturais da sociedade brasileira, como o aumento da expectativa de vida dos brasileiros e o envelhecimento da população, além de fatos da conjuntura econômica, que afetam o equilíbrio de curto prazo dos fundamentos da economia e a sustentabilidade da trajetória de longo prazo dos principais indicadores econômicos. O cenário de curto prazo, como a crise econômica atual, pode se agravar com a mudança de expectativas dos agentes econômicos e o crescimento do pessimismo, demandando ações mais fortes do Governo.

A aprovação do teto do gasto se deu nesse contexto. A dívida pública

assumiu uma trajetória de crescimento acelerada nos anos recentes, afetando fortemente a confiança do setor produtivo e dos consumidores, o que levou o governo a propor a Emenda Constitucional do Teto do Gasto. O teto foi a garantia do governo para os agentes econômicos de que o déficit fiscal e o crescimento da dívida pública seriam contidos sem o aumento da carga tributária, ou seja, sem que a sociedade pagasse a conta. O teto foi importante para reverter as expectativas pessimistas da indústria, dos serviços, do comércio e dos consumidores, cujos índices estavam na pior posição da história. Mas o teto tornou mais urgente a necessidade de outras reformas na área fiscal, em especial a da Previdência, que é o maior gasto do governo federal e representa, hoje, mais de 54% do gasto primário total.

A proposta de reforma da Previdência, apresentada pelo governo, objetiva estabilizar o gasto com os aposentados, que cresce naturalmente e em ritmo acelerado, dada à mudança do perfil etário da população e ao aumento da expectativa de vida dos aposentados. Ou seja, o país cada vez tem mais aposentados e com maior tempo de aposentadoria. Esse quadro faz com que os gastos com a previdência continuem crescendo e ampliando

sua parcela no gasto total do Governo. O problema é que, com isso, sobram menos recursos para o financiamento de outras políticas públicas, também prioritárias, como é o caso da política de saúde, cuja demanda cresce, no curto prazo, com a crise econômica mundial, e tem uma trajetória de crescimento no longo prazo com o envelhecimento da população e com o surgimento de novas doenças, mais resistentes e mais caras para o seu enfrentamento.

Aumentar os gastos com políticas de saúde é uma necessidade que se impõe ao longo do tempo, entretanto, a responsabilidade fiscal não pode ser abandonada, é um princípio que orienta a atuação do governo brasileiro, desde o surgimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, em maio de 2000. A manutenção do equilíbrio fiscal não pode ser obtida pelo aumento da arrecadação, dado o teto do gasto, portanto, são necessários ajustes no campo fiscal, com reformas como a da Previdência e outras que vêm sendo propostas, no sentido de reduzir gastos em áreas não tão essenciais, manter políticas que garantam seguridade social para a população, além de liberar recursos para políticas prioritárias, como a saúde, que tendem a ter crescimento da demanda pela população ao longo do tempo.